

Movimento antirracista: da mídia-vandalismo à política de ressignificação da memória¹

Zilda MARTINS²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A proposta deste trabalho é refletir sobre a comunicação antirracista do movimento de derrubada de estátuas e monumentos de escravistas e colonizadores nos espaços públicos urbanos. Como são lidos os significados dos movimentos sociais em suas lutas antirracistas e como a mídia interpreta as ações decorrentes desses movimentos? O estudo problematiza o silenciamento secular dos povos oprimidos pela colonização econômica e política de uma elite branca escravocrata. Questiona o discurso midiático, prática de abuso de memória e traz a emergência de uma nova representação. A metodologia resulta de pesquisa empírica e bibliográfica, de natureza qualitativa. Teoricamente, o estudo ancora-se em Paul Ricoeur (2007), Muniz Sodré (2021), Michael Pollak (1989), Achille Mbembe (2018), bell hooks (1995), Aimé Césaire (2010) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação antirracista; derrubada de estátua; memória e esquecimento; mídia e relações raciais.

INTRODUÇÃO

A reflexão proposta neste trabalho incide sobre a comunicação antirracista do movimento de derrubada de estátuas e monumentos, que contornam os espaços públicos urbanos mundo afora. Discute como são lidos os significados dos movimentos sociais em suas lutas e como a mídia interpreta as ações decorrentes desses movimentos. O estudo problematiza o silenciamento secular dos povos oprimidos pela colonização econômica e política de uma elite branca escravocrata. Questiona o discurso midiático, reforço do abuso de memória, ideologicamente adotado na sociedade e traz uma nova representação.

O artigo será desenvolvido em três partes. A primeira vai analisar a *memória que não está no retrato nem nos espaços públicos*. O samba-enredo da Estação Primeira da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora colaboradora da Escola de Comunicação da UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos Muniz Sodré sobre Relações Raciais (GEMS). Contato: zildamarti@yahoo.com.br

Mangueira – História para Ninar Gente Grande, de 2019, será apreciado considerando os conceitos de uso e abuso da memória, de Paul Ricoeur (2007) e de necropolítica (2018), de Mbembe. Também interpretará os versos que celebram a abolição da escravatura antecipada, em município do Ceará. A segunda parte *Luta social: movimento de derrubada de estátuas e bustos* abordará a prática histórica de derrubadas de estátuas e monumentos, desde a idade média à contemporaneidade. Já a terceira e última parte *Midiavandalismo e as relações raciais* traz a origem da palavra vandalismo e suas representações em instâncias de poder e na prática midiática. Utiliza o conceito de memória subterrânea de Pollak (1989) e sua representação.

A metodologia resulta de pesquisa empírica e bibliográfica, de natureza qualitativa. Teoricamente, o estudo ancora-se em Paul Ricoeur (2007), Muniz Sodré (2021), Michael Pollak (1989), Achille Mbembe (2018) e bell hooks (1995), Aimé Césaire (2010) e dentre outros.

1. Memórias que não estão no retrato nem nos espaços públicos

As manifestações antirracistas com derrubadas de estátuas e monumentos ecoam vozes e ações contra hegemônicas, presentes na história desde o Brasil colônia à contemporaneidade. São vozes silenciadas pelo abuso do poder, memórias que não aparecem nos livros oficiais, nem nos espaços públicos. Como diz Ricoeur, “o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da ‘mimética’ incorreta. É o viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado.” (RICOEUR, 2007, p. 72). Dito de outra forma, a memória é construída de acordo com um conjunto de desejos e ações ideológicos de representação de poder e de práticas de esquecimento. Nesse universo, tudo o que não interessa política e economicamente acaba sendo apagado.

O apagamento da memória do Brasil é denunciado com sensibilidade pelo samba-enredo da Estação Primeira da Mangueira de 2019, e fala de um outro lugar de memória, o de “um país que não está no retrato.” Diz o texto:

Brasil, meu denogo/ a Mangueira chegou/ com versos que o livro apagou/
desde 1500/ tem mais invasão do que descobrimento/ tem sangue retinto
pisado/ atrás do herói emoldurado/ mulheres, tamoios, mulatos/ eu quero
um país que não está no retrato. (Samba-enredo Histórias Para Ninar
Gente Grande, 2019).

O tratamento amoroso e poético dado ao Brasil pelo samba-enredo denuncia a dura realidade de violência, estupro e morte dos povos originários e negros que, efetivamente, construíram o país. Pode-se afirmar que não se trata apenas de uma história do passado, mas uma história que continua a ser escrita na contemporaneidade. É um fenômeno nomeado por Achille Mbembe (2018) de necropolítica, ou política de morte, sobretudo nas favelas do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades do Brasil. Essa história, tal como acontece, não está na mídia, nem estará nos livros. Também não está somente no discurso, mas nas estatísticas.

A pesquisa “Vidas adolescentes interrompidas”, feita pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião e pelo Observatório de Favelas, informa que “a proporção das mortes causadas por agentes do Estado em relação à violência intencional total cresceu de 12,6%, em 2013, a 39,6%, em 2019, no estado do Rio de Janeiro.” (ISER, 2021, s/p.). A pesquisa acrescenta que entre os adolescentes vítimas de mortes violentas intencionais no período, 79% são negros e 76% tinham entre 16 e 17 anos. Os dados desnudam a desimportância dada à vida em comparação ao patrimônio público, cujo debate está em alta na sociedade, enquanto se silencia a perda de jovens negros e periféricos. Também desvela comoção seletiva, praticada e incentivada pela mídia. As manifestações antirracistas seguem sendo chamadas de vandalismo, uma tentativa de apagamento do contradiscurso e do conflito.

Nos versos “Brasil, o teu nome é Dandara/ e a tua cara é de cariri/ não veio do céu/ nem das mãos de Isabel/ A liberdade é um dragão do mar de Aracati” (Idem, 2019), os compositores alertam que a abolição da escravatura foi antecedida de luta pelos próprios sujeitos afetados, os abolicionistas, e não uma decisão benevolente imperial da Princesa Isabel. Lembram a insustentabilidade do regime a partir da abolição da escravatura antecipada, em 1884, no Estado do Ceará pela liderança local, Francisco Nascimento, conhecido como Dragão do Mar.

Os abolicionistas, como os jangadeiros cearenses, lutavam incansavelmente. Liderados por Dragão do Mar, fizeram greve para impedir o embarque de escravos nos portos de Fortaleza. A recusa dos jangadeiros incluía transporte de africanos tanto os vindos do exterior como aqueles que eram comercializados internamente, passando de um proprietário no Nordeste para outro no Sudeste. Com o apoio popular, das instituições e o estabelecimento da lei, “em seis meses, a província do Ceará conta com 16 municípios

livres da escravidão. O movimento termina em 25 de março de 1884 com a emancipação dos últimos escravos da província, um total de 19.588.”³ (PATROCÍNIO, 1884, p. 15).

O samba-enredo aborda ainda os anos de chumbo da ditadura militar, o silenciamento, a repressão, assim como o encontro na luta dos guerreiros e guerreiras, afirmando que o momento é “de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e malês.” (Idem, 2019). Mas a história oficial desautoriza as falas e cala lutas importantes, sobretudo de mulheres negras, seja no Brasil ou nos Estados Unidos.

Apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra em particular nas comunidades negras segregadas muito pouco se escreveu sobre intelectuais negras. (bell hooks, 1995, p. 466).

A história das intelectuais negras, contadas por elas próprias, assim como o prognóstico do samba-enredo da Mangueira, podem ser materializados pelas políticas públicas de ações afirmativas, sobretudo as cotas raciais, adotadas nas pós-graduações das universidades e instituições de ensino Brasil afora. Jovens cotistas, potencializados pela consciência racial e ação política, lutam pela ocupação dos espaços, antes destinados a uma elite branca, defensora do mérito e da educação eurocentrada. Nessa arena de disputa, a história pode ser recontada por outras vozes, rompendo com o silenciamento e iniciando um novo ciclo. Ou seja, as ações afirmativas podem ser chamadas de movimento da negritude, de Aimé Césaire (2010), ressignificado.

2. Luta Social: movimento de derrubada de estátuas e bustos

Estátuas e bustos dos considerados “heróis” nacionais pela oficialidade veem sendo derrubadas, queimadas e questionadas em países do exterior como Inglaterra, Bélgica, Portugal, Estados Unidos, Martinica, África do Sul, dentre outros, e do Brasil. A ação parte de um movimento de baixo para cima, chamado por Sodrê de “historiografia sem palavras”. (2021, s/p). São ativistas que contestam a celebração da memória de escravocratas e opressores de povos africanos e indígenas, espalhadas pelos espaços públicos. Eles protestam contra a história oficial, contada por quem está no poder como

³ Trad. Livre. “En six mois, la Province de Ceara compta seize municipes libérés de l’esclavage. Le mouvement va terminer le 25 mars 1884 par l’affranchissement des dernières esclaves de la province qui en comptait 19.588.” (PATROCÍNIO, 1884, p. 15).

forma de legitimar o controle dos de cima, celebrar os “heróis” e “educar” o gosto da população, formando um imaginário simbólico a partir dos valores eurocêntricos.

As manifestações de “fogo aos racistas” vêm chamando a atenção e convida a uma análise mais demorada a respeito do assunto. Na Bélgica, por exemplo, a estátua do Rei Leopoldo II foi incendiada e forçada a ser transferida para um museu. “O monarca causou a morte de 10 milhões de africanos, a maioria da República Democrática do Congo” (Fragão, 2020, s/p), e mesmo assim era celebrado no país. Ainda na Bélgica, na cidade de Ghent, a estátua do rei foi simbolicamente pintada de vermelho e no rosto recebeu um capuz escrito “não consigo respirar.” A frase era uma alusão às últimas palavras de George Floyd, assassinado em 2020 por Derek Chauvin, um policial branco americano de Minneapolis, despertando reação no mundo contra o racismo.

Marchas e ações do movimento de descolonização por ativistas do “Black Lives Matter” se multiplicaram e resultaram na derrubada em Bristol, na Inglaterra, da estátua do traficante de escravos, Edward Colston, que é jogada no rio, em protesto por manifestantes. Em Portugal, na cidade de Lisboa, estátua do padre Antônio Vieira também foi derrubada e “a boca, mãos e hábitos do clérigo foram tingidas de vermelho e no peito das crianças indígenas que estão representadas à sua volta foi pintado um coração.” (LEAL, 2020, s/p.). Nos Estados Unidos, em Boston, a estátua de Cristóvão Colombo teve a cabeça decepada por manifestantes. O mesmo movimento de protesto aconteceu na cidade de Baltimore e na Virginia. Os manifestantes reivindicam a retirada do espaço público das imagens de pessoas vinculadas à escravidão.



No lugar da estátua de Colston cartazes dos manifestantes. Foto: Caitlin Hobbs. Imagem Pinterest.
Fonte: IBDCult.

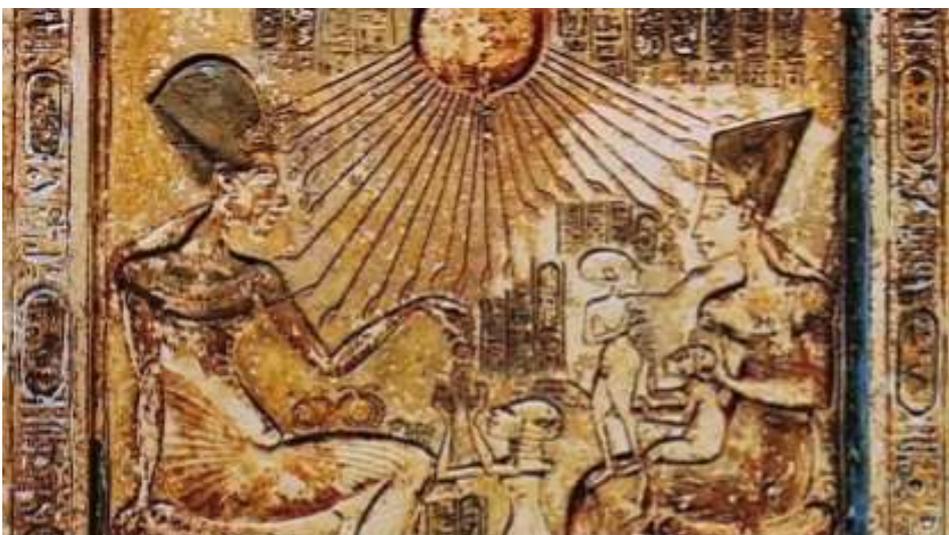
Historicamente, os lugares de memória, para usar palavras de Pierre Nora, são destinados a personalidades, consideradas heróis nacionais, com o fim de legitimar o poder. Sodré lembra que justo por isso “Nietzsche criticou a ‘história monumental’ e o historicismo acadêmico como doenças da interpretação.” (SODRÉ, 2021, s/p). Evidentemente que uma história contada por vozes dominantes está repleta de silenciamentos e de doutrinação do imaginário coletivo e simbólico. As representações são oficiais e o modo de imaginar o espaço público consolida e legitima as honrarias, distorcendo a realidade concreta e apagando outras possibilidades.

O movimento que emerge da reação ao ato hediondo de extremo racismo nos Estados Unidos, resultando na morte violenta de Floyd, sinaliza ao mundo a necessidade de se aprofundar o debate seja epistemológico, cultural ou político. Para Boaventura de

Sousa Santos o espaço é um modo de pensar e agir. “Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquirem cada vez mais importância e centralidade analíticas.” (SOUSA SANTOS, 1988, p. 140). O autor observa que “o direito, isto é, as leis, as normas, os costumes, as instituições jurídicas, é um conjunto de representações sociais, um modo específico de imaginar a realidade [...]” metaforicamente comparada ao mapa, sinalizando permanente tensão entre representação e orientação.

De fato, a tensão das representações não é algo novo. As reações e tendências a ressignificação de símbolos de heróis nacionais datam da antiguidade. Manifestam-se de acordo com a contextualização histórica, sejam conduzidas pela população afetada ou por um novo regime que se instaura e não reconhece os heróis anteriores. Um exemplo foi a decisão do faraó Aquenáton de ordenar a destruição de todas as imagens dos deuses adorados no Egito há mais de um milênio. Em seu reinado, o faraó substituiu um panteão de deuses (cerca de dois mil) por uma única divindade, o deus Sol, ou Atón.

As imagens dos deuses antigos foram substituídas por outras cujos raios de sol demonstravam o poder do novo Deus. Contudo, seus opositores não tardaram a reagir e o fim do império de Aquenáton também significou a destruição da ordem estabelecida e dos símbolos monoteístas. Todas as estátuas e símbolos acabaram sendo substituídas pelos antigos deuses. Muitas imagens foram destruídas, outras escondidas e enterradas, privando as novas gerações de vê-las, conhecer e interpretar a história. “Isso acabou preservando-as para a posteridade: na década de 1920, elas começaram a reaparecer. Muito do que sabemos de Aquenáton e do culto a Atón vem delas.” (BBC NEWS, 2017, s/p).



Gravura representando afeto na família. Fonte: BBC News-Brasil

Há muitos outros exemplos de derrubada de estátuas e símbolos nacionais ao longo da história, como na Revolução Francesa de 1789, com a queda da Bastilha, prisão símbolo do absolutismo, a derrubada da estátua de Napoleão I pelos revolucionários da Comuna de Paris, em 1871, a derrubada de heróis colonizadores erguidos em ex-colônias africanas, como Luanda, e a remoção de símbolos nacionais do nazismo dos espaços públicos da Alemanha. Se os símbolos nazistas são inadmissíveis, seja na Alemanha ou em outros países europeus, por que os símbolos do escravistas/colonizadores não são igualmente condenáveis? Como considerar normal homenagens a caçadores de indígenas, a escravocratas, a fundadores e adeptos do movimento de eugenia?

As questões evidenciam a necessidade de enfrentamento e reflexão por parte da sociedade civil. Apesar das controvérsias o tema já está em pauta. Vale citar Cecil Rhodes, um imperialista britânico, explorador de minas de ouro e diamante de países africanos, responsável pelo maior genocídio do povo local, cerca de 60 milhões⁴, e defensor da superioridade da raça branca. Esse homem é homenageado em instituições de ensino, como o Oriel College de Oxford e a Universidade do Cabo, na Cidade do Cabo, África do Sul. Desde 2015, tanto estudantes da Universidade do Cabo como da Oxford University juntaram-se num movimento conhecido como Rhodes Must Fall.⁵

No caso do Oriel College, embora a universidade declare contradição entre seus princípios e os valores de Rhodes, o monumento instalado no edifício da universidade traz inscrição em homenagem a Rhodes pelas doações que fez à universidade no século XIX. Acusada de racista e pressionada pela ação dos estudantes, o Oriel promete maior pluralidade com os estudantes de todo o mundo, assim como retirar a placa sobre Cecil Rhodes. Contudo, a instituição de ensino observou “que as bolsas com o nome do fundador da Rodésia (Rhodes Scholarships) já ajudaram cerca de oito mil alunos de todo o mundo a estudar em Oxford, incluindo o antigo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton e o ex-primeiro-ministro australiano, Tony Abbott.” (LUSA, 2015, s/p).

A história a ser escrita no futuro dirá que autoridades do presente avaliaram a questão, condenaram o racismo e a opressão representados em homenagens a nomes de

⁴ Fonte: Wikipédia com referências. Cecil Rhodes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cecil_Rhodes. Acesso em: 04/07/2022

⁵ Fonte: Mídia Ninja, EMGE, 22/06/2020. Disponível em: <https://domtotal.com/super-dom/1001/2020/06/derrubar-estatuas-reescrever-a-historia/>. Acesso em: 04/07/2022.

ruas, de instituições e a estátuas erguidos em praças públicas. Pelo menos na Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos e Portugal já ocorre o debate, com promessa de revisão dos símbolos nacionais e de considerar os valores da diversidade, que devem ser celebrados.

No Brasil, as manifestações antirracistas tiveram repercussão, instalando-se o medo das autoridades, trancadas em suas convicções racistas e conservadoras. Em São Paulo, após manifestantes atarem fogo na estátua de Borba Gato, bandeirante responsável pela captura e escravização de indígenas e negros, a vigilância foi redobrada por 24 horas. O fato ganhou repercussão, e a mídia hegemônica não tardou a nomear os ativistas de vândalos, destruidores do patrimônio público. O mídia-vandalismo entra em ação sempre que a ordem estabelecida é ameaçada, esquecendo o papel principal do jornalismo, o da investigação ou da narração histórica dos fatos, optando por ancorar-se na opinião de contrários e favoráveis, sem qualquer profundidade, mas firme na manutenção do poder econômico e político vigentes.



Foto: Gabriel Schlickmann/Ishoot/Estadão conteúdo.
Fonte: G1 - Globo.com

3. Mídia-vandalismo e relações raciais

A origem da palavra vândalo remonta a era Medieval e está relacionada a povos estabelecidos nas regiões mais ricas do Império Romano do Ocidente, ocupando um lugar de destaque na historiografia. (Rosolen Junior, 2021). Os vândalos eram reis ligados à aristocracia e disputavam territórios, como a transformação de parte da África em província do Império Romano no Oriente, até o século VII. No século seguinte, segundo apuração do G1 de Pernambuco, a palavra vandalismo adquire o sentido de depredação e destruição. Em 1794, o deputado e bispo francês Henri Gregórie teria sido encarregado de escrever relatórios para a Assembleia. Nos seus escritos, explica a apuração, teriam sido listadas depredações feitas por levantes populares em conflito com o exército republicano. “Ele classifica esse fato como atos de vandalismo, ações de vandalismo. Esse termo associado à depredação surge pela primeira vez de forma escrita a partir daí, destacou Manoel Affonso [professor de História].” (G1-PE, 2013, s/p.).

Ora, heurísticamente, o sentido da palavra é visto como negativo, mas historicamente pode também ser relacionado à ousadia, disputa de poder, mudança de paradigma, dependendo do que se deseja ver e preservar. Nessa arena de disputa narrativa entre mídia e realidade entra, de um lado, a representação de interesses de quem está no poder; do outro, a memória ou ausência de memória. A memória coletiva, tal como pensada por Halbwachs, prevê negociação entre o social e o individual, de tal modo que a memória social possa contemplar uma coletividade, formando a memória nacional. Já Pollak traz a história oral como pano de fundo para analisar a memória subterrânea dos excluídos, marginalizados e minorias. O estudo, diz o autor, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” (POLLAK, 1989, s/p.). Ao mesmo tempo, não está sempre presente.

Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, s/p.).

Pollak (1989) fala de reescrita da história quando lembra o XX Congresso do PC da União Soviética que denunciou os crimes stalinistas e foi traduzido na destruição progressiva de símbolos e signos que lembravam o líder soviético. O movimento finalizou

retirando os restos mortais de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Os atos tiveram consequências, mas só foram retomados tempos depois. “Embora tivesse arranhado o mito histórico dominante do ‘Stalin pai dos pobres’, essa primeira destalinização não conseguiu realmente se impor, e com o fim da era kruschevista cessaram também as tentações de revisão da memória coletiva.” (POLLAK, 1989, s/p).

A explicação para a preferência história pelos momentos de conflitos é porque representam rupturas reais ou em potencial. O mesmo não se pode dizer da mídia, que habitualmente desistoriciza os conflitos, optando por apontá-los como atos de vandalismos, seja quando fala de manifestações nem sempre pacíficas ou quando relata reações de moradores de favelas diante da invasão de policiais ao território. Neste caso, a narrativa midiática reduz o conflito chamando a ação policial de “combate aos bandidos.” Esse discurso ocorre mesmo quando a subida dos policiais nas favelas resulta em violência e mortes. Os sujeitos afetados são retratados destituídos de suas subjetividades, ou seja, silenciados, suas dores e dificuldades naturalizadas.

Já a derrubada de estátuas e monumentos de torturadores de negros e escravos, noticiada pela mídia hegemônica como ato de vandalismo, põe em questão se as manifestações de ativistas mundo afora seriam vandalismo ou reparação histórica. O debate no Brasil foi tecido midiaticamente entre historiadores e vozes autorizadas, mas logo arquivado, não chegando a promover grandes manifestações. Retirar estátuas do espaço público, para alguns, significa apagar a história; para outros, seria atos de vandalismo. Há ainda o contra-argumento de que mantê-las seria compactuar com ideias e ações de figuras odientas que recebem o nome de “heróis”. Ou ainda, que contar a história omitindo parte dela é construir um imaginário único.

A antropóloga Heloisa Pires Lima constatou baixa visibilidade das manifestações no Brasil, ocorridas após a morte de George Floyd. Lembrou que embora com um alto índice de violência, a polícia mata no país para além de homens maduros. Ceifa vidas de crianças, estudando dentro de casa. Isso “demonstra, portanto, que o pacto colonialista prevalece agindo em todas as searas do cotidiano brasileiro. Um mínimo de poder negro faz com que se mire a cabeça como ocorreu com a parlamentar Marielle Franco.” (LIMA, 2021, s/p). O retrato da favela carioca inverte a lógica civilizatória, deixando vir a barbárie naturalizada pela mídia. Achille Mbembe conceitua a ação de necropolítica, quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer.

A escolha também inclui a criminalização - resposta rápida das autoridades diante do incêndio à estátua do bandeirante-escravista, Borba Gato – como foi o caso de colocar na prisão o ativista Paulo Galo, do Coletivo Revolução Periférica. Galo assumiu a autoria do incêndio, a fim de provocar o debate político, o que de fato se intensificou naquele momento. Contudo, “o ato desencadeou uma reação inaudita, em que o debate pautado na imprensa deu-se em torno da defesa dos valores [...] representados no monumento e contra - um suposto e sem fundamento – ‘apagamento da história’ cometido pelos seus críticos.” (SALVIATTI; VERGARA; ÁVILA, *et.all.*, 2021, s/p.). Os historiadores ressaltam que o ato de derrubar estátuas ao contrário de apagar o passado, é uma disputa de representação da história - não contada.

4 – Considerações

A Comunicação antirracista utilizada pelo movimento “fogo aos racistas” de derrubadas de estátuas pode ser efêmero, mas o efeito político está dado, considerando que o debate ganhou outra dimensão e vem sendo colocado em pauta em diversos países do mundo, obrigando as autoridades a se posicionarem. Trata-se de uma comunicação de resistência em disputa por representação. Sua prática evidencia que os povos oprimidos estão dispostos a lutar e a reconstruir a história, ceifada por colonizadores, escravocratas.

No Brasil, o movimento também ganhou força discursiva, mas a complexidade maior está na superposição de três pontos, tecidos ideologicamente para se fortalecerem uns aos outros na manutenção do poder. O primeiro ponto é a indiferença da elite branca, patriarcal e patrimonialista; o segundo, a narrativa midiática, formadora de opinião e redutora de empatia da sociedade com sua prática de ideologia do poder; e o terceiro está na força da repressão dos aparelhos de Estados, orientados pela e para a violência.

Contudo, há uma crescente consciência política da real história do Brasil, que não representa integralmente seu povo, deixando brechas para se perceber vestígios do eugenismo. A experiência de Jovens negros e negras nos programas de pós-graduação das universidades e instituições de ensino vem impulsionando a emergência de uma intelectualidade negra que não se cala e está disposta a viver uma outra história, criativa e transformadora. Nesse potencial de memória subterrânea a disputa histórica está posta, colocando conceitos como o universalismo em xeque.

Referências bibliográficas

BBC. **A revolução de Aquenáton, o faraó que acabou com dois mil deuses e instaurou o monoteísmo no Egito.** BBC, 15 de julho 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40602931>. Acesso em 04/07/2022.

CÉSAIRE, Aimé. (Carlos Moore, org.). **Discurso sobre a Negritude.** Belo Horizonte, Ed. Nandyala, 2010.

FRAGÃO, Luisa. **Estátua de Leopold II, rei que causou genocídio no Congo, é derrubada na Bélgica.** Portal Geledés, 12/06/2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estatua-de-leopoldo-ii-rei-que-causou-genocidio-no-congo-e-derrubada-na-belgica/>. Acesso em: 01/07/2022.

G1 – PE. **Professor explica origem histórica da palavra ‘vândalo’:** nas recentes manifestações o termo voltou a ser largamente utilizado. Origem vem das tribos que não pertenciam ao império romano. 05/11/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/11/professor-explica-origem-historica-da-palavra-vandalo.html>. Acesso em: 08/07/2022.

G1 – SP. **Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo:** Grupo desembarcou de um caminhão, espalhou pneus pela via e arredores do monumento e ateou fogo. Defesa Civil fez avaliação prévia da estátua e diz que fogo não comprometeu a estrutura. 27/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 05/07/2022.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras.** Revista de Estudos Feministas, v.3, n. 2, Florianópolis, UFSC, 1995.

ISER. **Pesquisa realizada pelo ISER e Observatório de Favelas apresenta dados sobre violência contra jovens.** 09 de jul. 2021. Disponível em: <https://www.iser.org.br/noticia/iser-divulga/pesquisa-realizada-pelo-iser-e-observatorio-de-favelas-apresenta-dados-sobre-violencia-contra-jovens/>. Acesso em 05/07/2022.

LEAL, Bruno. **Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo.** Café História, Notícias, 17 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Acesso em 01/07/2022.

LETRAS. **Samba-enredo 2019 – História Para Ninar Gente Grande.** GRES – Estação Primeira da Mangueira, RJ. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em 05/07/2022.

LIMA, Heloisa Pires. **Remove, derruba ou segura a estátua?** Portal Geledés, 28/07/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/remove-derruba-ou-segura-a-estatua/>. Acesso em: 07/07/2022.

LUSA. **Estudantes da Oxford querem derrubar estátua de Cecil Rhodes:** O legado colonial britânico em África está a provocar acesa polémica no Reino Unido envolvendo uma universidade de Oxford por causa de uma estátua de Cecil Rhodes no centro da cidade. Mundo, Universidades. Mundo ao Minuto. 30/12/15. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/511550/estudantes-de-oxford-querem-derrubar-estatua-de-cecil-rhodes>. Acesso em 04/07/2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÍDIA NINJA. **Derrubar estátuas, reescrever a História**: defender a estátua de colonizadores é uma atitude em queda. Superdom. Revista Dom total, EMGE. 22/06/2020. Disponível em: <https://domtotal.com/super-dom/1001/2020/06/derrubar-estatuas-reescrever-a-historia/>. Acesso em: 04/07/2022.

NÓRA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista PUC/SP, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 07/02/2022.

PATROCINIO, José. **L’Affranchissement des esclavages de la province de Ceará au Brésil**. Paris - Rio de Janeiro, Bureaux de la Gazeta da Tarde, 1884.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 05/07/2022.

R7. **Estátua de Cristóvão Colombo é jogada em lago em protesto nos EUA**. Notícias Internacional do R7. 10/06/2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/estatua-de-cristovao-colombo-e-jogada-em-lago-em-protesto-nos-eua-29062022>. Acesso em 01/07/2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSOLEN JUNIOR, Geraldo. **Sobre esta ruína edificaí os vossos reinos**: A identidade vândala para as narrativas romanas dos séculos V e VI. Dissertação (Mestrado em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/61233/Dissertação-Geraldo-Rosolen-Junior-final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08/07/2022.

SALVIATTI, A. Paula; VERGARA, Anelize; AVILA, Arthur; GONÇALVES, Bruno G. de Oliveira; ATHAYDE, Bruno Rosa; ALMEIDA, Dennis; PUREZA, Fernando; VIANA, Fernando; PEDRETTI, Lucas; LIMA, Luís Filipe Silvério; VAZ, Matheus; PINTO, Matias; PACHÁ, Paulo; ARAGÃO, Rodrigo Nagem de; THOMAS, Nizio. **O incêndio não começou e não terminará na estátua do Borba Gato**. Ponte, 03/08/1921. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-o-incendio-nao-comecou-e-nao-terminara-na-estatua-do-borba-gato/>. Acesso em: 09/07/2022.

SODRÉ, Muniz. **A história como a conhecemos é editada por quem manda**. Folha de S. Paulo, 16 out. 2021. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xr_ejIraOzwJ:https://www1.folha.uol.com.br/colunas/muniz-sodre/2021/10/a-historia-como-a-conhecemos-e-editada-por-quem-manda.shtml+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=fr&client=safari. Acesso em 01/07/2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Uma cartografia simbólica das representações sociais**: Prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. Revista Crítica de Ciências Sociais, 1988. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF. Acesso em: 02/07/2022.

VIEIRA, Rodrigo. **No meio do caminho tinha uma estátua, tinha uma estátua no meio do caminho**. IBDCult – Instituto Brasileiro de Direitos Culturais. 24 de junho 2020. Disponível em: <https://www.ibdcult.org/post/no-meio-do-caminho-tinha-uma-estátua-tinha-uma-estátua-no-meio-do-caminho>. Acesso em: 05/07/2022.

WIKIPÉDIA. **Cecil Rhodes**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cecil_Rhodes. Acesso em: 04/07/2022.